



REVES - Revista Relações Sociais (eISSN 2595-4490)

Impacto das Taxas Directoras em Moçambique: Uma Reflexão da Situação Socioeconómica: 2015 a 2016

Impact of The Directory Fees in Mozambique: A Reflection on the Socio-Economic Situation: 2015 to 2016

Ivete Alfane Eduardo Mussilipo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2357-8409>

UnISCED, Maputo-Mozambique

E-mail: ivethydesousa@gmail.com

Jorge Serrão Conhaque João

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7797-9961>

UnISCED, Maputo-Mozambique

E-mail: jorgeserrao01@hotmail.com

Lúcio Daniel Mavundla

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9647-4205>

UnISCED, Maputo-Mozambique

E-mail: ldmavundla@gmail.com

Article Info:

Article history: Received 2021-11-03

Accepted 2022-07-22

Available online 2022-07-22

doi: 10.18540/revesv15iss3pp14383-01e



Resumo. Nos últimos tempos tem se assistido a recessão económica ao nível global, facto que Moçambique tem sido alvo destas recessões motivadas por causas internas e externas, dada a crise económica Global, todavia nos anos de 2015 a 2016, foi o período de maior pico de recessão económica em Moçambique onde se sentiu de forma deslumbrante a crise económica nacional, entretanto, coube ao Banco Central cumprir com as suas responsabilidades de controlar a inflação e a recessão Económica, através do ajuste das taxas directoras, desta feita o artigo reflecte sobre o Impacto das taxas directoras em Moçambique, cujo objectivo foi de compreender o impacto socioeconómico das taxas Directoras em Moçambique no Período de 2015 a 2016. Quanto a abordagem a pesquisa é qualitativa e recorreu-se ao método bibliográfico visando discutir as principais teses e relatórios do Banco Central em torno das Taxas Directoras, no que se refere a estrutura do Artigo, foram abordados contextos das taxas directoras, contexto da economia Moçambicana no período de 2015 a 2016 e finalmente fez uma reflexão sobre as Implicações das taxas directoras implementadas no período de 2015 a 2016. A pesquisa concluiu que as taxas directoras são de extrema importância pois o papel de controlar a inflação e garantir a estabilidade macroeconómica.

Palavras-chave: Taxas Directoras. Inflação. Política Monetária.

Abstract. In recent times there has been an economic downturn at the global level, a fact that Mozambique has been the target of these recessions motivated by internal and external causes, given the global economic crisis, however in the years 2015 to 2016, it was the period of the highest peak of economic recession in Mozambique where the national economic crisis was felt stunningly, however, it was the Central Bank to fulfill its responsibilities of controlling inflation and the Economic recession by adjusting the key rates, this time the article reflects on the Impact of key rates in Mozambique, whose objective was to understand the socio-economic impact of the Key rates in Mozambique in the period 2015 to 2016. As for the research approach, it is qualitative and the bibliographic method was used to discuss the main theses and reports of the Central Bank on the Management Rates, with regard to the structure of the Article, contexts of the management rates, context of the Mozambican economy in the period from 2015 to 2016, were approached and finally made a reflection on the Implications of the key rates implemented in the period from 2015 to 2016. The research concluded that key rates are extremely important because of the role of controlling inflation and ensuring macroeconomic stability.

Keywords: Directory Fees. Inflation. Monetary Policy.

1. Introdução

A estrutura económica de Moçambique de acordo com Chichava (2011), apresentava um posicionamento identificativo aos outros sectores, pois era baseado em áreas de actuação como agricultura, indústria, comércio e transporte, por onde a agricultura se caracteriza como a fonte de rendimento da população, a indústria era pouco desenvolvida e rudimentar, o comércio era baseado em mercados subdesenvolvidos e pouco competitivos.

Nos anos após independência nacional, houve e foi introduzido o Período de Recuperação Económica (PRE), visando alavancar a economia que herdava de raízes coloniais, assim sendo, foram desenhadas estratégias adequadas ao crescimento económico que se pretendia associado ao processo de nacionalização, desta feita, começaram a surgir vários blocos económicos a assumirem compromissos financeiros com Moçambique, facto que elevou a prestação de Moçambique no âmbito económico.

Nos últimos tempos, Moçambique vem sendo mergulhado numa situação de crise cujas raízes de tal crise estão vinculadas com gestão interna da economia, assim como com impactos da globalização da crise, todavia, estes aspectos, vêm afectando directamente no sector financeiro, até aos Bancos Comerciais, onde tem vindo a determinar o ziguezague das taxas de juros implicando assim a existência de uma taxa directoria não fixa e impermeável para a consolidação do bem-estar dos moçambicanos.

Nos últimos momentos, a crise económica ao nível internacional, associado aos factores internos nacionais, vem afectando de forma directa o sistema financeiro moçambicano, tendo implicações na economia. Assim sendo, a instituição reguladora que é o Banco de Moçambique tem vindo a tomar decisões que têm implicações ao

nível nacional visando recuperar o contexto de crise, todavia, as taxas directorias que vem sendo actualizadas são colocadas numa situação de recuperação económica e que tem implicações na economia moçambicana, diante destas abordagens, urge a necessidade de questionar: Quais são as Implicações socioeconómicas dos ajustes de taxas directoras em Moçambique? Diversas percepções podem ser levantadas pois destacam-se implicações positivas que standardizam a economia nacional e melhoram o bem-estar dos cidadãos; por um lado são destacadas implicações negativas pois estas não se fazem reflectir do contexto associado com as macroeconomias que directamente afectam a sociedade moçambicana. Por conseguinte, é nesta lógica que o presente artigo se propõe a compreender as implicações socioeconómicas dos ajustes de taxas directorias em Moçambique. Esta pesquisa mostra-se relevante uma vez que traz a relevância das taxas directorias no contexto social e económico em Moçambique. Constitui a estrutura: a primeira apresenta um breve contexto sobre as taxas directorias, objectivo e relevância da pesquisa. A segunda traz o debate teórico sobre as taxas directorias, a terceira aborda os procedimentos metodológicos usados para pesquisa, a quarta apresenta as considerações finais.

2. Revisão da Literatura

INTERVENÇÃO DO BANCO DE MOÇAMBIQUE NO RUMO ECONÓMICO MOÇAMBICANO

Tradicionalmente, o Estado é a forma que a organização do poder político assume na maior parte das sociedades. Constitui a sua função principal manter a ordem social dentro dos limites da lei fundamental (a Constituição), baseados em seus elementos dilatórios como a segunda política dos cidadãos, segurança económica e social. Para que sejam materializados estes elementos, são incubadas as responsabilidades ao Estado em prestar serviços à comunidade, através de realização de despesas e obtenção de receitas.

O principal objectivo do Estado é estabilizar a actividade económica, evitar e corrigir desequilíbrios que possam provocar uma crise económica, ou seja, assegurar o crescimento, o pleno emprego, a estabilidade dos preços e o equilíbrio das relações comerciais com o exterior. O Estado para isso dispõe de instrumentos de intervenção na actividade económica como a regulamentação jurídica da actividade económica, a elaboração de planos reguladores da economia, a produção de bens e serviços para satisfazer necessidades colectivas ou para serem comercializados (empresas públicas).

O Estado para poder desempenhar com eficácia as suas funções, necessita de realizar gastos quer para suportar os encargos decorrentes da administração do território (vencimentos dos funcionários, compra de equipamentos, etc.) quer para satisfazer as necessidades colectivas (segurança, justiça, educação, etc.). Estes gastos efectuados pelo Estado denominam-se despesas públicas. Mas para poder realizar estas despesas, o Estado necessita de assegurar, previamente, os recursos que permitam o seu funcionamento. Esses recursos financeiros costumam designar-se por receitas públicas.

Receitas Públicas estão subdivididas em receitas correntes e receitas de capital. As receitas correntes, que englobam as receitas fiscais, constituem mais de

90% das receitas totais do Estado. As receitas fiscais provêm da cobrança de impostos directos (sobre o rendimento) e indirectos (sobre o consumo), tendo estes últimos um peso superior aos dos impostos sobre o rendimento. As receitas do capital, que provêm das propriedades públicas, dos juros de empréstimos, etc., apresentam um peso mínimo nas receitas totais do Estado (cerca de 5,5%).

Em Moçambique, a intervenção do Estado na Economia é feita pelo Banco de Moçambique com vista a estabilizar a economia e desenhar políticas monetárias visando garantir o bem-estar da sociedade. O Banco de Moçambique (BdM) tem vindo a intervir no sector financeiro através de implementação de novas políticas monetárias visando proteger a economia moçambicana, assim sendo, o COMITE de POLÍTICA MONETÁRIA, (2017), decidiu reduzir a taxa de júrís de (Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez) FPC.

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique, no dia 10 de abril de 2017, decidiu reduzir a taxa de juro da (FPC) em 50 pontos base, de 23,25% para 22,75%. Paralelamente optou por manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) em 16,25% e o Coeficiente de Reservas Obrigatórias (RO) para os passivos em moeda nacional e estrangeira em 15,50%, (BdM, 2017, p.2).

Na concepção do BdM, estas medidas visam garantir a evolução da inflação que é determinada diante da taxa de câmbio, destas análises, valoriza-se a evolução da economia moçambicana que tem vindo a se desenvolver de forma estratégica ao nível global, apesar de que o BdM, reconheça que alguns riscos macroeconómicos persistem no contexto da adequação de ajustes de taxas directorias com os produtos, (idem).

O BdM, diante destas análises, compreende que os ajustes de várias taxas são determinantes para a consolidação da economia, tendo colocado em dianteira o nível da taxa de juro de Política Monetária (taxa MIMO) em 21,75%. Conforme anunciado na reunião de 13 de fevereiro de 2017, esta taxa passará a ser o principal sinalizador e taxa de intervenção do Banco de Moçambique no mercado monetário interbancário. A sua introdução tem em vista reforçar o mecanismo de formação das taxas de juro na economia e torná-lo mais transparente e consentâneo com as boas práticas internacionais, cuja meta consiste em posicionar a economia moçambicana na perspectiva internacional.

No quadro do reforço da solidez das instituições financeiras e em linha com as boas práticas internacionais o Banco de Moçambique ajustou recentemente algumas normas prudenciais, dentre as quais se destacam as que preconizam o aumento, num prazo de três anos, do valor do Capital Social Mínimo dos bancos, de 70.000.000,00 MT (setenta milhões de meticais) para 1.700.000.000,00 Mt (mil e setecentos milhões de meticais), e do Rácio de Solvabilidade Mínimo, de 8% para 12%. (ibidem, p. 6).

As medidas restritivas de política monetária tomadas até finais de 2016 continuam a repercutir-se na apreciação da taxa de câmbio e na redução dos agregados de moeda, os quais, conjugados com a baixa procura interna, contribuíram para a desaceleração da inflação. Dados do Instituto Nacional de Estatística, indicam que a inflação acumulada de Moçambique até março manteve a trajectória de

desaceleração situando-se em 4,3%, contra os anteriores 6,1% em igual período de 2016, em linha com o esperado.

A dinâmica da inflação é justificada, principalmente, pelo efeito combinado das medidas de política monetária, num cenário de agravamento do risco fiscal, que se reflectiram na contínua apreciação do Metical, traduzindo-se num menor custo dos produtos importados, num contexto em que a procura interna permanece fraca.

O Metical manteve em fevereiro e março de 2017 a tendência para a apreciação face às moedas dos seus principais parceiros comerciais. O Metical registou, no período em análise, uma apreciação acumulada de 3,94% em relação ao Dólar norte-americano, 4,12% face ao Euro e 0,96% em relação ao Rand. Informação destes indicadores referentes ao mês de abril de 2017 continua a evidenciar a consolidação da estabilidade da taxa de câmbio.

O crédito bancário ao sector privado seguiu em janeiro e fevereiro de 2017 uma trajetória de redução, reflectindo o abrandamento do crescimento económico, bem como a apreciação do Metical. Nos primeiros dois meses do ano, o crédito bancário ao sector privado reduziu em 2,3%, resultando numa desaceleração da variação homóloga para 10,1%, contra os 17,1% observados em 2016. O abrandamento do crédito ao sector privado continua a reflectir o impacto da apreciação do Metical e a fraca actividade económica, num contexto em que a capacidade financeira do Estado continua limitada, (idem).

Os Bancos comerciais e o Mercado Monetário Interbancário.

Em termos acumulados até março de 2017, o Banco de Moçambique emitiu, em termos líquidos, BT no montante de 13.523 milhões de meticais com o objectivo de neutralizar a liquidez disponível junto dos bancos comerciais e garantir o cumprimento da meta da Base Monetária, resultando num ligeiro aumento das taxas de juro médias ponderadas dos BT.

De acordo com o BdM (2017), o rácio de solvabilidade médio do sistema bancário reduziu para 9,0% em janeiro de 2017, após 16,5% em igual período de 2016, ainda assim acima dos mínimos exigidos. Entretanto, o BM ajustou os capitais mínimos e alguns rácios e limites prudenciais dos bancos para assegurar maior estabilidade e solidez do sistema financeiro. Assim, de entre outras medidas, o valor do Capital Social Mínimo dos bancos passou de 70.000.000,00 MT (setenta milhões de meticais) para 1.700.000.000,00 MT (mil e setecentos milhões de meticais) a ser atingido num prazo máximo de 3 anos e o Rácio de Solvabilidade Mínimo de 8% para 12%.

Implicações dos ajustes de taxas directorias em Moçambique.

Dados preliminares de 2016 indicam que o défice da conta corrente reduziu em USD 1.773 milhões comparativamente ao ano anterior, sustentado pela diminuição do défice da conta comercial. A redução do défice da conta comercial reflecte a melhoria das exportações impulsionada pelos grandes projectos, assim como a queda das importações.

Para MOSCA (2009), a taxa directoria é a taxa de juro que o Banco Central cede o dinheiro de empréstimo aos Bancos comerciais visando controlar a política monetária nacional, controlar a inflação, a mesma pode ser aumentada visando travar

a economia e retardar ou seja reduzir a inflação económica por sua vez caso a economia esteja a decrescer a economia não cresce e as instituições empresariais encontram-se em dificuldades de desenvolvimento institucional, o Banco Central reduz a taxa directoria para promover o investimento e o crescimento económico.

O ajuste de taxas directorias em Moçambique, tem maior implicação na alteração da economia nacional pois o sistema financeiro é determinado pelas inflações e reduções económicas, assim sendo, compreende-se que de certa forma a economia nacional deveria ter sido equilibrada através de um plano contínuo, pois não existe um período determinado previsto para a existência de ajustes que permitem a estabilidade macroeconómica.

De acordo com o BdM (2017), compreende que visando dar espaçamento ao crescimento económico que ficou estagnado pela crise e existência de taxas altas de juros, deliberou:

- Reduzir, com efeitos imediatos, a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (FPC) em 50 pontos base, de 23,25% para 22,75%;
- Manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) em 16,25%;
- Manter o Coeficiente de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional e estrangeira em 15,50%;
- Fixar a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 21,75%;
- Alterar, com efeitos a partir do dia 7 de junho de 2017, o regime de constituição das RO de base diária para base média de 30 dias;
- Alargar a base de investidores no Mercado Primário de Bilhetes do Tesouro, a partir de 1 de junho de 2017, para incluir Sociedades Corretoras e Sociedades Financeiras de Corretagem, Fundos de Pensões.

Diante destas abordagens, compreende-se que as taxas directorias são indicadores económicos mais sustentáveis para o crescimento macroeconómico de Moçambique, pois a sociedade vincula-se aos bancos comerciais e que os bancos comerciais aplicam taxas de juros sobre os empréstimos bancários baseando-se nas directrizes bancárias do Banco Central.

3. Procedimentos Metodológicos

A realização de qualquer trabalho científico implica a adopção de uma metodologia que consiste num conjunto de métodos e técnicas, não só de recolha como também de tratamento de informação, para se alcançar os objectivos pretendidos numa investigação.

No que concerne a abordagem a pesquisa é qualitativa uma vez que não irá usar procedimentos estatísticos e matemáticos para análise dos dados. Este é o método típico de estudo de caso e tem como incidência principal a captação de realidades inquantificável no âmbito organizacional (MARCONI & LAKATOS, 2007).

Para a realização do artigo, foi usado o método bibliográfico que é a técnica que consiste na recolha de informações por meio de livros, artigos e outras fontes secundárias, (MARCONI & LAKATOS, 2009). E para o presente estudo foram consultadas obras referentes ao tema e literatura relacionada e considerada relevante

para a pesquisa. Quanto à estrutura do artigo, são recorridas a estrutura coerente baseando-se na contextualização da economia moçambicana; intervenção do Banco de Moçambique no rumo económico moçambicano e implicações dos ajustes de taxas directorias em Moçambique (PRODANOV & DE FREITAS, 2013).

4. Considerações finais

A pesquisa visava compreender o impacto socioeconómico das taxas directorias em Moçambique. O objectivo foi alcançado e compreende-se que as taxas directorias são instrumentos utilizados para compreender a economia nacional através do sector financeiro, baseados no período de crise e de inflação e que em Moçambique, o Banco de Moçambique tem vinculado às análises em perspectivas de crescimento.

Em Moçambique, na actualidade dada a crise económica que mostra tendências de abrangência desde 2015, tem existido várias actualizações do Banco Central visando estabilizar a economia, entretanto, as taxas directorias estão vinculadas ao crescimento económico. Em termos de implicações negativas, as mesmas são passíveis nos momentos de agravamento das taxas de juros cuja meta consiste em controlar a inflação, pois não permite o acompanhamento macroeconómico as mudanças temporais e que de certa forma em termos de implicações positivas, destaca-se o controlo de todo sistema financeiro nacional e capacidade de solidificação económica em períodos de prosperidade e resiliência nacional.

Referências

CHICHAVA, José. **Elementos Principais da Estrutura Económica Moçambicana**. Maputo, 2011.

HEDGES, David; ROCHA, Aurélio. **Moçambique Face à Crise Económica Mundial**. Maputo, 2014.

LAKATOS, Eva. M.; MARCONI, Marina. **Fundamentos De Metodologia Científica**. (6^a Ed.). São Paulo: Atlas, 2007.

MOSCA, João., BARRETO, Gizelda; BRUNA, Natacha. **Competitividade da Economia Moçambicana**. Editora, Maputo, 2012.

PRODANOV, Cleber; DE FREITAS, Ernani. **Metodologia do Trabalho Académico: Métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho académico**. (Ed. 2). Brasil-Rio Grande do Sul, 2013.

ZANDAMELA, Rogerio. **Comité de Política Monetária Comunicado N.º 03/2017**. Maputo, 19 de junho, 2017.